

# A PROPOSTA NEOLIBERAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA E SEUS IMPACTOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RONDÔNIA

**the project CYNISM IN THE IMPLEMENTATION OF HIGH SCHOOL WITH TECHNOLOGICAL MEDIATION AND ITS IMPACTS FOR COUNTRYSIDE EDUCATION IN RONDÔNIA**

**el proyecto NEOLIBERAL EN LA IMPLEMENTACIÓN DE LA ESCUELA SECUNDARIA CON MEDIACIÓN TECNOLÓGICA Y SUS IMPACTOS PARA LA EDUCACIÓN DEL CAMPO EN RONDÔNIA**

**Francisco Magalhães de Lima<sup>01</sup>**

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin<sup>02</sup>**

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar a relação entre a lógica neoliberal e o processo de implementação do Ensino Médio com Mediação Tecnológica e seu impacto para a Educação do Campo em Rondônia. Desta forma buscamos responder ao questionamento de como a lógica neoliberal influencia o processo de implementação do Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia? Quais os impactos dessa influência sobre a política da Educação do Campo? Nosso processo metodológico foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e documental ancorada em autores/as que possuem uma leitura crítica da fase neoliberal do capitalismo global e suas influências no processo educativo no Brasil e, de forma específica, no Estado de Rondônia. A política do Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia se enquadra perfeitamente na cartilha neoliberal, sobretudo no aspecto da sua justificativa com base na chamada austeridade fiscal que limita a

01 Francisco Magalhães de Lima. Doutorando do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/EducaNorte). Docente de Sociologia no IFRO Campus Ariquemes. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia Ocidental – GPSECTAO. E-mail: francisco.lima@ifro.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5315274092537971>.

02 Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Aparecida Luzia Alzira Zuin. Docente do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/EducaNorte) . Docente do Programa de Mestrado em Educação - PPGE/UNIR, e-mail: profalzuin@unir.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/158484106801721>

capacidade do estado em atender as necessidades dos sujeitos de direitos da Educação do Campo e da cidade, mas amplia a capacidade do mesmo estado para a aquisição de produtos tecnológicos em vista de uma duvidosa qualidade de ensino. A implementação do EMMTEC se revela como obstáculo à efetivação da Educação do Campo em Rondônia e a negação das necessidades reais dos seus sujeitos de direitos, mas se mostra como eficiente ferramenta de estratificação social no âmbito da luta de classes.

**Palavras-chave:** Cinismo neoliberal; Educação do Campo; Ensino Médio com Mediação Tecnológica;

## INTRODUÇÃO

As análises históricas sobre a educação no Brasil, seja na cidade ou no campo, apontam para três características: a omissão do Estado, a influência de agentes e capital externo e a negação da classe trabalhadora como sujeito de direito. Assim sendo, as políticas públicas de educação, têm sido formuladas em vista de atender, não o interesse do desenvolvimento nacional, mas os interesses das classes dominantes, interessadas unicamente em controlar a organização da classe trabalhadora evitando, desta forma, os questionamentos sobre seus privilégios.

A classe dominante, ao mesmo tempo que trabalha pela manutenção dos seus privilégios de classe, também organiza obstáculos à possíveis avanços para a concretização dos interesses da classe trabalhadora. Nesse contexto, as políticas públicas e a educação em especial, refletem uma arena de disputas, uma luta marcada por contradições das mais diversas.

A política pública de educação no Brasil foi tardivamente instituída e sofre os reflexos de nossa profunda desigualdade social. Nos estados e municípios esse processo é ainda mais complexo.

As propostas da ideologia neoliberal tornadas políticas de estado a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, através da institucionalização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) instaurando o regime de austeridade fiscal e causando a perda da soberania do estado brasileiro para os agentes do mercado, têm aumentado ainda mais a já trágica estratificação social no país.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO NEOLIBERALISMO

A gênese cronológica do que se convencionou chamar de neoliberalismo parece gozar de um certo consenso no âmbito das pesquisas científicas sobre o tema. As divergências se intensificam quando se trata de discutir o con-

teúdo do mesmo. O ponto de convergência cronológico é a década de 1970, marcada por uma crise econômica sem precedentes que impulsionaria uma reformulação do sistema capitalista em vista da retomada dos fluxos de lucratividade e acumulação de capital. Não implica, portanto, num novo modelo de organização social ou, ainda a superação do modelo capitalista de produção. Trata-se, isto sim, do aprofundamento das contradições típicas do capitalismo, seu aprofundamento e radicalização (Azevedo, 2004).

Aqui nos parece pertinente, a partir da reflexão emprestada de Frigotto (2010), refrescar nossa memória sobre a natureza do modo de produção capitalista. Segundo o autor, trata-se de um modo social de organização cujo tecido estrutural do conjunto de suas relações sociais tem como objetivo central e permanente a maximização da acumulação de capital. Possui como leis imanentes e necessárias, a acumulação, a concentração e a centralização. É uma sociedade que produz para produzir, isto é, somente se interessa por produzir bens úteis para o consumo enquanto portadores da virtude do lucro, da mais-valia e, portanto, da acumulação ampliada do capital.

De acordo com Brown (2019), o termo “neoliberalismo” foi produzido no Colóquio Walter Lippmann em 1938. Uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma ‘década depois se tornaria a Sociedade Mont Pèlerin. Impulsionado pelo vigor deste colóquio, Friedrich Hayek produzirá o texto de origem sistematizada das ideias neoliberais, “O caminho da Servidão”, de 1944.

Anderson (1995) defende que o neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, nas regiões mais dinâmicas do capitalismo, a Europa e a América do Norte. O mesmo teria sido, inicialmente, uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, combinou baixas taxas de crescimento e alta da inflação, impactando as taxas de lucratividade dos agentes de mercado. Segundo Anderson (1995), as raízes da crise, apontadas por Hayek, localizavam-se no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o estado aumentasse os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. Esse contexto configurava, na prática, um equilíbrio momentâneo da luta de classes. A reação foi constituída de um remédio que deveria, por um lado, manter um estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do

dinheiro, mas, por outro lado, enfraquecer substancialmente todos os gastos sociais e as intervenções econômicas. Desta forma, a meta suprema deveria ser a estabilidade monetária (Anderson, 1995, p.3).

Na contramão da análise de Hayek, Frigotto (2010) esclarece que o que entrou em crise nos anos de 1970, constituiu-se em mecanismos de solução da crise de 1930, ou seja, as políticas estatais, mediante fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista nos últimos cinquenta anos. Desta forma, o autor afirma que a crise não é, portanto, como explica a ideologia neoliberal, resultado da demasiada interferência do Estado, da garantia de ganhos de produtividade e da estabilidade dos trabalhadores e das despesas sociais. Ao contrário, a crise é um elemento constitutivo, estrutural, do movimento cíclico da acumulação capitalista assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço.

No Brasil, a ideologia neoliberal iniciará a ser inserida no governo de Ferando Collor de Mello, porém, será concretizada através da ideia de austeridade fiscal no governo de Ferando Henrique Cardoso a partir da institucionalização da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei complementar 101. Na prática a LRF limitou a capacidade de investimento do estado pois, na lógica neoliberal isso é prerrogativa da livre iniciativa dos agentes do mercado. Desta forma, o estado brasileiro passava a ser refém do modelo de gestão internacional do capitalismo neoliberal. A gestão da dívida pública e a EC 95/2016 encontram-se nesse mesmo contexto.

## O CINISMO NEOLIBERAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA EM RONDÔNIA

Para entendermos melhor o EMMTEC e a complexa teia ideológica em que ele foi implementado precisamos trazer à baila o processo histórico de sua construção.

Apesar de ter sido implementado em 2016, o EMMTEC começou a ser pensado e planejado ainda em 2013. Foram estabelecidos contatos com o Estado do Amazonas que já tinha mediação tecnológica desde 2007.

Segundo Trovó (2018) o Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO) se manifestou favorável ao projeto do EMMTEC pelo Parecer Nº 32/13, Resolução Nº 1.166 que autorizou a SEDUC/RO a implementar o mesmo a partir de 2014, bem como a emitir Atos de Autorização de Funcionamento às escolas da rede pública estadual de ensino. No entanto, a Secretaria Estadual de Educação não conseguiu viabilizar a implantação do projeto por “falta de

recursos" na infraestrutura para acomodação de um estúdio, o que só ocorreu em 2015, quando da assinatura de um termo de cooperação com o IFRO-Campus Zona Norte (Ferrazzo e Gomes, 2021).

Em 2014 o estado, impelido pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, construiu o Plano Estadual de Educação que, em seu diagnóstico da realidade educacional da região destacou a necessidade de intensificar os investimentos na expansão do Ensino Médio com qualidade. Essa necessidade era justificada pela baixa taxa de escolarização líquida que estava em 46,9%. Isto significa dizer que mais da metade dos jovens em idade entre 15 e 17 anos não estava estudando. Essa realidade, portanto, ao mesmo tempo que se revelava como enorme desafio, revelava também o descaso do poder público com a formação dos/as jovens na etapa apontada gerado ao longo de anos. Essa demanda exigia a contratação imediata de 712 professores/as.

Para além dos pontos acima destacados, o que mais chama a atenção no Plano Estadual de Educação é que o EMMTEC não constava no texto, sequer foi citado como política educacional. O que poderia justificar essa ausência? O Estado sabia que ele não passaria nas instâncias democráticas do Fórum Estadual de Educação e da Conferência Estadual de Educação. Daí sua face cincicamente autoritária.

Fato é que, o Plano Estadual de Educação, apontou a necessidade de investimento para o Ensino Médio na cidade e no campo. O problema é que o Estado não havia construído uma única escola de Ensino Médio na zona rural.

Na contramão desse processo o que se percebe é que, em Rondônia, no ano de 1997 havia um total de 2.790 escolas rurais. Em 2017, constata-se a existência de apenas 492 escolas, ou seja, foram fechadas no período apresentando um total de 2.298 escolas (Teixeira, 2020). O processo de fechamento das escolas potencializou a demanda reprimida, sobretudo para as famílias que dependiam da política de estado.

Através de uma atitude autoritária e desconsiderando o princípio da gestão democrática legalmente estabelecido pela CF 1988 e pela LDB/1996, o Estado de Rondônia implementou o EMMTEC a partir da Portaria Nº 680/2016-GAB/Seduc, de 08/03/2016. Nem mesmo a Audiência Pública realizada no dia 23 de junho de 2016 foi capaz de barrar o ímpeto autoritário do cinismo neoliberal. No evento, a então Secretária da Educação do Estado, Aparecida de Fátima Gavioli, argumentou de forma enfática que o EMMTEC representava para o Estado uma economia de 50% para o erário público e, por isso, se justificava. Outra justificativa apontada na audiência e diversas vezes repetida foi o difícil acesso das áreas rurais e falta de profissionais capacitados para atender essas áreas. Nas palavras da então Secretária, através do EMMTEC, 08 professore

fariam o serviço dos 712 que não era possível contratar. Desta forma, na prática, os profissionais da educação foram trocados por mediação tecnológica.

Ferrazzo e Gomes (2021) destacam que a audiência pública teve como resultado a elaboração de um documento com as proposições apresentadas, a saber: criação de um projeto para a formação de professores para a Educação do Campo; a implantação de uma coordenadoria de educação voltada para o campo; a valorização dos educandos do curso de licenciamento em Educação do Campo-UNIR; o cumprimento da Lei de Diretrizes de Base que trata a Educação do Campo; a elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre os envolvidos na educação para estabelecer critérios no projeto de Mediação Tecnológica.

Nada do que foi proposto na audiência foi considerado pelo Estado que, contrariando, mais uma vez as tentativas do debate e propositura democrática da efetivação dos direitos dos sujeitos educacionais, levou o EMMTEC adiante. No dia 28 de junho de 2016 o PL 424/2016 foi aprovado na Assembleia Legislativa e instituído pelo Lei Nº 3.346 de 4 de julho de 2016.

Pesquisas sobre o projeto têm apontado diversas falhas na execução do mesmo, com ênfase na fragilidade da infraestrutura e sobre o papel do professor presencial. Sobre este último alerta-se para a precarização total da prática docente que, no âmbito do EMMTEC, têm suas funções reduzidas a trabalhos técnicos-administrativos, desvalorização da formação específica e a execução de atividades meramente reprodutivas. Realidade que se alinha fortemente a presente flexibilização do trabalho no âmbito das práticas neoliberais.

#### **4. IMPACTOS DO EMMTEC PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RONDÔNIA**

A gênese da educação do campo encontra-se nas lutas e organização das populações camponesas organizadas no âmbito da Via Campesina e do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o MST.

Foi no cerne deste processo de organização dos movimentos sociais do campo que vai se materializar a necessidade da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36/2001 relativo às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que pautará a RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. As diretrizes estão sintonizadas com a LDB e as diretrizes nacionais para educação básica.

A identidade da Educação do Campo tem como ponto de partida a realidade camponesa. Neste aspecto é importante destacar que "trata-se de uma

educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construída com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem"(Caldart 2002, p. 19).

A Educação do Campo impõe-se como um contraponto a todo o processo histórico da Educação Rural e da educação burguesa como um todo. A reflexão sobre a Educação do Campo se coloca não apenas como sentinela das populações camponesas na sua diversidade existencial, mas quer ser uma reflexão da educação como um todo, a partir de um projeto de país que se quer construir.

Cabe lembrar aqui que a LDB 9.394/96, havia descentralizado do governo federal a gestão do ensino, redefinindo o papel dos estados e municípios no tocante a educação básica. Isto significou um avanço, mas também um obstáculo. Um avanço no sentido da descentralização, mas um obstáculo em vista dos estados serem governados por correntes partidárias contrárias ao governo central. Fato que, em muitos estados e municípios, inviabilizou-se a implementação da Educação do Campo por divergências ideológicas com o movimento social.

No Estado de Rondônia, nem a gestão de Ivo Cassol (2002-2010), pelo PSDB, nem a de Confúcio Aires Moura (2010-2018), pelo MDB, implementaram a proposta de Educação do Campo. Nesse período, a Educação do Campo, não apenas foi inviabilizada no estado como também foi implementado um projeto que nega o direito dos sujeitos do campo a uma educação de qualidade: o Ensino Médio com Mediação tecnológica – EMMTEC. O atual governo do Cel. Marcos Rocha está alinhado a essa prática.

Com a implantação da Mediação Tecnológica a SEDUC/RO logrou uma dupla façanha: por um lado invisibilizou a proposta da Educação do Campo, por outro lado invisibilizou o diagnóstico do Plano Estadual de Educação que apontava para a necessidade de no mínimo duplicar o investimento para atingir as metas do PNE 2014-2024, mas sobretudo para garantir uma educação de qualidade para os sujeitos de direito. Por se tratar de política de educação pública, a mesma impacta diretamente à classe trabalhadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As informações reunidas no processo de pesquisa acima destacado nos permitem apontar o alinhamento do EMMTEC à lógica do capitalismo neoliberal. Neste contexto, considerando a natureza desse sistema social, que privilegia o lucro e sua acumulação desenfreada em detrimento de qualquer outro valor

vital, o EMMTEC configura-se como um obstáculo cínico para a Educação do Campo, proposta alinhada a classe trabalhadora e camponesa. Desta forma sua maior contribuição parece ser com o aumento da já trágica estratificação educacional e social no estado e no país.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.).
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública**. 3<sup>a</sup> Edição. Campinas: Autores associados, 2004.
- BRASILIA. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4<sup>a</sup> Edição. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 - **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política anti-democrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia. Tradução de Mário A. Marino e Eduardo Altherman C.
- CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Coleção Por uma educação do campo, nº 4. Brasília: Articulação nacional: Por uma educação do campo, 2002.
- FERRAZZO, G.; GOMES, M. A. de O. **A reforma do ensino médio e a legitimação da educação a distância: o nó obsceno da mediação tecnológica**. Jornal de Políticas Educacionais. V. 15, n. 26. Junho de 2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 6<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- RONDÔNIA. Lei n. 3.846, de 4 de julho de 2016e. **Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Rondônia, RO, DOE nº 121, Porto Velho, 04/07/2016.
- RONDÔNIA. **Plano Estadual de Educação**. PEE/RO, 2014-2024.
- TEIXEIRA, Cristiane Xavier. **As Políticas Educacionais do Ensino Médio com**

**Mediação Tecnológica: o caso do EMMTEC no Estado de Rondônia.** Disponível em <https://exnepeblog.files.wordpress.com/2020/02/co-as-polc3adicas-educacionais-do-ensino-medio-com-mediac3a7c3a3o-tecnologica.pdf>. Acesso em agosto de 2022.

**TROVÓ, Anandreia. Acompanhamento e Monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Vilhena – RO.** Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, 2018.